



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811 - Caixa Postal 89
Estado de São Paulo

Sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br
E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Of. nº 01318/2019-SG

Pirassununga, 22 de agosto de 2019.

Junte-se ao processado do

PL
nº 2709, de 2019.

Em 30/9/19

Leonardo de Souza Lima Coutinho
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor,

Encaminhamos a Vossa Excelência, o Requerimento nº 539/2019, de autoria do Vereador Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho, subscrito por demais edis, que foi apresentado e aprovado em sessão ordinária desta Casa de Leis, realizada dia 19 de agosto de 2019, cópia anexa.

Ao ensejo, apresentamos os altaneiros votos de elevada estima e consideração.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Praça dos Três Poderes - Anexo 2, Ala Afonso Arinos, Gabinete 10

70.165-900 – BRASÍLIA – DF





REQUERIMENTO
Nº 539/2019

APROVADO

Providência-se o respectivo

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2019

Senhor Presidente,
Nobres Pares,

PRESIDENTE

Considerando o Projeto de Lei nº 2.709/2019 que Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pretende estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência;

Considerando que o Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe grandes avanços na construção de uma sociedade mais inclusiva, contudo observou-se a falta de critérios para reconhecimento de quem são, afinal, as pessoas com deficiência, que deveriam ser tratados pelo Poder Executivo na criação de instrumentos para avaliação da deficiência;

Considerando o Projeto de Lei nº 2.709/2019 de autoria do Senador Romário de Souza Faria estabelece que, até que sejam criados pelo Poder Executivo os instrumentos para avaliação da deficiência, será suficiente laudo emitido por profissional habilitado para o reconhecimento de condições físicas, mentais, sensoriais ou funcionais que impliquem restrições no acesso a bens, serviços e espaços, limitando o exercício de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas, admitindo como profissionais habilitados os pertencentes às áreas da medicina, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia ou terapia ocupacional;

Considerando que essa insegurança jurídica pesa indevidamente sobre as pessoas com deficiência e não faz sentido que um aspecto da lei que representa mais arrojados avanços na inclusão seja convertido, na prática, em instrumento de exclusão;

Considerando que o projeto está sob análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Secretaria de Apoio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Nessas condições, **requeiro** à Mesa, pelos meios regimentais, seja aprovado a presente **MOÇÃO DE APOIO** a aprovação do Projeto de Lei nº 2.709/2019 encaminhando-se o presente para o Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado **David Samuel Alcolumbre Tobelem** e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **Senador Paulo Renato Paim**, para que se sensibilizem com a importante matéria e promova a discussão e aprovação da proposta.

Requeiro, outrossim, que cópia da presente seja encaminhada ao Presidente do Movimento Apaeano, **Paulo Henrique Chiste da Silva**, que luta pelos direitos da pessoa com deficiência, para conhecimento do presente.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2019.

Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho
Vereador

